



PF indicia mulher de Cachoeira sob acusação de tentativa de chantagem

A Polícia Federal indiciou Andressa Mendonça, mulher de Carlinhos Cachoeira, sob acusação de corrupção ativa. É o primeiro envolvimento formal direto dela com o esquema Cachoeira. De acordo com o documento, "o ato criminoso tinha como objetivo favorecer Carlos Augusto de Almeida Ramos mediante a sua soltura". As informações são do jornal *Folha de S.Paulo*.

Em 26 de julho, Andressa esteve no gabinete do juiz em Goiânia. Segundo relato do juiz à PF e ao Ministério Público Federal, a mulher de Cachoeira tentou constrangê-lo com o objetivo de revogar a prisão preventiva do marido. De acordo com o relatório da PF, "no contexto das provas produzidas, os indícios apontam para uma conclusão segura e correta da veracidade dos fatos tais quais narrados pelo juiz federal Alderico Rocha dos Santos".

Mesmo não tendo oferecido dinheiro ao juiz, a PF considerou que a "vantagem indevida" estava caracterizada pela proposta de não divulgar o suposto dossiê em troca da liberdade de Cachoeira. "A vantagem não econômica pode surtir mais efeito às pretensões do responsável pela conduta do que se tivesse algum conteúdo patrimonial", diz o relatório policial.

Segundo o relatório, Andressa anotou em um pedaço de papel o nome de pessoas que estariam com um suposto dossiê montado por Cachoeira com informações contra o juiz. O documento só não seria divulgado caso o juiz determinasse a libertação do empresário.

Além de Alderico Santos, a PF ouviu uma funcionária da Justiça que presenciou o início da conversa entre os dois. A PF fez um exame da letra no papel entregue ao juiz e concluiu que não havia "sinais indicativos de que tais manuscritos questionados tenham sido produzidos por outro punho que não o de Andressa Alves Mendonça".

A PF diz que Andressa teve acesso a informações sobre o juiz Alderico que não estavam disponíveis em fontes de consulta aberta. Para a polícia, "resta claro" que alguém repassou as informações a ela. Andressa visitou Cachoeira no presídio da Papuda, em Brasília, na véspera da audiência com o juiz, diz o jornal.

O advogado de Andressa, Ney Moura, diz que o indiciamento "é fruto de mera perseguição" contra sua cliente. Segundo o advogado, se tivesse ocorrido algum crime, o juiz teria prendido Andressa em flagrante, o que não ocorreu.

O advogado disse que, "se agir com isenção, com seriedade, com atenção ao que relatado no ofício do juiz Alderico, e com respeito ao Código Penal, o Ministério Público deve pedir o arquivamento do inquérito".

Date Created

25/11/2012